



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

17 de maio de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia () Outros
DATA	17 / 05 / 2017 Página 3	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

CANTANHEDE

Ex-presidente da Câmara é alvo de ação por ato de improbidade

Como medida cautelar foi solicitada a indisponibilidade dos bens do réu

Devido a diversas irregularidades constatadas na prestação de contas da Câmara de Vereadores de Cantanhede, referente ao ano de 2010, o Ministério Público do Maranhão propôs, em 4 de maio, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Raimundo José Rêgo Amaral, ex-presidente da casa Legislativa do referido município. Formulou a manifestação o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr.

Consta na ação que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) condenou as contas da Câmara de Vereadores por diversas irregularidades, entre as quais inexistência de lei que cria o plano de carreiras, cargos e salários da Câmara; irregularidades em processos licitatórios; inexistência de inventário de bens imóveis próprios da Câmara ou locados; despesas efetuadas acima do repasse recebido pela casa; subsídio pago ao chefe do Poder Legislativo acima do teto constitucional; gastos com folha de pagamento acima do limite constitucional; e decretos de abertura de créditos adicionais assinados pelo presidente da Câmara e não pelo prefeito.

“O requerido, na condição de presidente da Câmara de Vereadores, responsável pela prestação de contas do exercício de 2010, deixou de observar disposições constitucionais e infraconstitucionais, violando os princípios da administração, notadamente o da legalidade”, afirmou o promotor, na ação.

PEDIDOS

O MPMA requereu a indisponibilidade dos bens de Raimundo José Rêgo Amaral até o montante de R\$ 122.586,93, como forma de garantir o ressarcimento ao erário.

Solicitou também a condenação do ex-vereador conforme a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), cujas penalidades previstas incluem a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	17/05/2017	Página 6
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São Bento Prefeito tem dez dias para nomear e dar posse a aprovada em concurso

Decisão assinada no último dia 11 pelo juiz Marcelo Moraes Rego de Souza, titular da comarca de São Bento, determina o prazo de 10 (dez) dias para que o prefeito do município nomeie e dê posse a C.S.P. no cargo de Agente Comunitária de Saúde na

microárea São Benedito, "sob pena de responsabilidade criminal e administrativa". A multa diária pelo não cumprimento da decisão é de R\$ 500. A decisão foi proferida em caráter liminar em Mandado de Segurança interposto por

C. contra ato do prefeito e no qual a autora narra ter sido aprovada em concurso público realizado pela Prefeitura de São Bento para o cargo de agente comunitário de saúde. Ainda segundo a ação, "para o certame estavam previstas 8 (oito) vagas de provimento imediato para a microárea para a qual concorreu, restando classificada em 8º (oitavo) lugar. Segue aduzindo que foi fixado prazo de validade de 2 (dois)

anos". Entretanto, continua a ação, "a autoridade coatora permanece inerte, sem efetuar a devida convocação da impetrante para tomar posse no cargo". Em suas fundamentações, o juiz ressalta edital do concurso juntado à ação pela autora constando número de vagas disponíveis para o cargo público ao qual concorreu; prazo de validade de dois anos a contar da homologação do certame.

Ex-presidente da Câmara é alvo de ação por ato de improbidade

Devido a diversas irregularidades constatadas na prestação de contas da Câmara de Vereadores de Cantanhede, referente ao ano de 2010, o Ministério Público do Maranhão propôs, em 4 de maio, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Raimundo José Rêgo Amaral, ex-presidente da casa Legislativa do referido município. Formulou a manifestação o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr. Consta na ação que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) condenou as contas da Câmara de Vereadores por diversas irregularidades, entre as quais inexistência de lei que cria o plano de carreiras, cargos e salários da Câmara; irregularidades em processos licitatórios;

inexistência de inventário de bens imóveis próprios da Câmara ou locados; despesas efetuadas acima do repasse recebido pela casa; subsídio pago ao chefe do Poder Legislativo acima do teto constitucional; gastos com folha de pagamento acima do limite constitucional; e decretos de abertura de créditos adicionais assinados pelo presidente da Câmara e não pelo prefeito. "O requerido, na condição de presidente da Câmara de Vereadores, responsável pela prestação de contas do exercício de 2010, deixou de observar disposições constitucionais e infraconstitucionais, violando os princípios da administração, notadamente o da legalidade", afirmou o promotor, na ação.

Divulgação



Raimundo José Amaral

PEDIDOS

O MPMA requereu a

indisponibilidade dos bens de Raimundo José Rêgo Amaral até o montante de R\$ 122.586,93, como forma de garantir o ressarcimento ao erário. Solicitou também a condenação do ex-vereador conforme a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), cujas penalidades previstas incluem a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ATOS, FATOS E BARBOTOS
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	17 / 05 / 2017	Página 2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ouvidoria do MP entrega relatório do primeiro trimestre de 2017

No período de janeiro a março de 2017, a Ouvidoria do Ministério Público recebeu 432 demandas. A informação consta no relatório trimestral do órgão, que foi entregue, na manhã desta segunda-feira, 13, pela ouvidora do MPMA, procuradora de justiça Rita de Cássia Maia Baptista, ao procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Entre as manifestações, foram registradas 384 reclamações e 40 pedidos de informação. Quanto à resolutividade, 230 foram solucionadas. Do total de 432 demandas, 251 foram feitas por meio do Disque Ministério Público, o que corresponde ao percentual de 58,10%. O e-mail da Ouvidoria (ouvidoria@mpma.mp.br) foi o segundo canal mais contactado, tendo recebido 65 manifestações.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 05 / 2017	Página	3
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cadeia interdita

O MPMA e a Defensoria Pública do Maranhão pediram a interdição imediata da Cadeia Pública de Barra do Corda.

Além da interdição da cadeia, que funciona na Delegacia de Polícia do município, o Estado terá de providenciar fornecimento de água potável e atendimento médico e odontológico aos encarcerados.

Improbidade

Devido a diversas irregularidades constatadas na prestação de contas da Câmara de Vereadores de Cantanhede, no exercício de 2010, o MP propôs uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Raimundo José Rêgo Amaral, ex-presidente da casa legislativa do município.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 05 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MP e DPE pedem a interdição de cadeia

Foi pedido imediato fornecimento de água potável e a condenação do Estado do Maranhão em garantir atendimento médico e odontológico aos encarcerados

BARRA DO CORDA

Em uma Ação Civil Pública conjunta, elaborada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra do Corda, e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, foi pedida, na última quarta-feira, 10, a interdição imediata da Cadeia Pública do Município.

Além da interdição da cadeia, que funciona na Delegacia de Polícia Civil do município, foi pedido o imediato fornecimento de água potável aos presos, e a condenação do Estado do Maranhão em garantir

atendimento médico e odontológico aos encarcerados. Outra solicitação refere-se à implantação de um programa permanente de limpeza e desinfecção das celas.

A medida liminar solicitada pelo Ministério Público e Defensoria Pública também requer que a Justiça determine prazo de 90 dias para que o Estado realize obras na Cadeia Pública. Entre os serviços necessários estão a reforma do prédio, restauração das camas de cimento, isolamento da fiação elétrica e a restauração das instalações hidráulicas e sanitárias, além da construção de fossas sépticas em locais adequados.

Outras medidas requeridas são a remoção de lixo do entorno do prédio, que deve ser acondicionado em recipientes adequados e a retirada da vegetação ao redor da construção, pelo menos uma vez por mês. Em caso de descumprimento de qualquer dos itens, foi pedida a determinação de multa diária de R\$ 5 mil.

O relatório de inspeção realizada no local aponta que “as péssimas condições estruturais do ambiente prisional dão ensejo a circunstâncias de risco de rebelião e fuga de presos, com potencial prejuízo para a segurança dos servidores da unidade (que já são poucos) e da so-

cidade local”. Além disso, a Cadeia Pública abriga presos definitivos (em regime fechado, semiaberto e aberto) e provisórios.

Na ação, o promotor de Justiça

Relatório de inspeção aponta péssimas condições

Cadeia Pública abriga presos definitivos e provisórios

Edilson Santana de Sousa e o defensor público Jessé Mineiro de Abreu enfatizam que “as condições mínimas de dignidade do homem encontram-se violadas, em escandaloso desrespeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal e em tratados internacionais ratificados pelo país”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	17/ 05 / 2017 Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MP vai investigar concurso de agentes penitenciários no MA

Decisão foi tomada após candidatos questionarem supostas irregularidades referentes ao tema

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

O Ministério Público do Maranhão - por meio da 28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa - irá instaurar inquérito civil para apurar possíveis irregularidades em concurso público, organizado pelo Governo do Maranhão, no ano passado. A decisão tem como base representação formulada por candidatos que se submeteram ao certame.

Segundo o MP, existem suspeitas de infrações na redação, promovido para preenchimento de 100 vagas para exercício da função. De acordo com os autores da representação, houve dúvida quanto à definição do tema da avaliação discursiva, contrariando o próprio edital do seletivo, divulgado em 29 de janeiro do ano passado.

Conforme o edital, a "prova discursiva consiste em redação de texto dissertativo, sobre tema a ser enunciado no caderno de questões". Segundo alguns dos

CONCURSO

Provas foram aplicadas em 2016

As provas para agentes penitenciários foram aplicadas em abril do ano passado e o resultado preliminar foi divulgado apenas no dia 15 de junho deste ano. O salário oferecido foi de R\$ 3.283,56 para uma jornada de 40h

candidatos, a ausência desta informação de forma mais clara configura em "erro na elaboração das provas".

Até o momento, o Governo do Maranhão não se pronunciou. Em discurso recente na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Sousa Neto (Pros) fez duas críticas à empresa escolhida para organizar o certame, neste caso, a Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt (Funcab). ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 17 / 05 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Operações da Senarc resultam em prejuízo de R\$ 4 milhões a traficantes

NELSON MELO

Nesses quatro primeiros meses de 2017, após diversas operações feitas pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) em todo o Maranhão, os criminosos tiveram um prejuízo calculado em torno de R\$ 4.481.236 milhões. Estes números, de acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública maranhense (SSP/MA), equivalem à apreensão de 2.300 kg de drogas. Como declarado pelo delegado Carlos Alessandro, titular da Senarc, desses 2.300kg de entorpecentes, 90% são referentes à apreensão de maconha. Ele comemorou as estatísticas divulgadas, pois representam a atuação constante das forças de segurança pública do Maranhão no combate à criminalidade, comentando que os dados mostram um aumento de 137% de recolhimento dessas substâncias

neste ano, pois, no mesmo período de 2016, a polícia havia feito a coleta de 970kg de drogas. Alessandro frisou que, em se tratando de comparação da apreensão dos quatro meses deste ano com o mesmo período de 2015, o crescimento alcança 475%. O delegado lembrou a "Operação Turim 2", realizada entre os dias 1º e 8 deste mês, na região maranhense de Alto Turi, em cidades como Centro Novo, Centro do Guilherme, Maraçumé e Lajeado Novo. Lá, os investigadores da Senarc, com o apoio do Centro Tático Aéreo (CTA) e a Polícia Militar, apreenderam 170 mil pés de maconha em 13 roças. Durante as diligências, prenderam José de Ribamar da Silva Ribeiro, o "Zé Riba", fazendeiro apontado como o financiador do tráfico no Alto Turi. Nas palavras do delegado Carlos, "mais de 30 policiais participaram da ação.

considerada a maior operação de erradicação de pés de maconha feita pela polícia no interior do estado nos últimos dez anos". Esta operação, a saber, possibilitou a destruição de cerca de 30 toneladas da droga que seriam distribuídos no Maranhão e no Pará. Cabe ressaltar que 130 mil pés da erva haviam sido recolhidos na primeira fase da "Operação Turim", deflagrada em setembro de 2016 na mesma região. Além da "Operação Turim", a Senarc também realizou a 'Reviver Sem Drogas', ocorrida em 26 de abril, que resultou na apreensão de 5kg de maconha prensada, 200 gramas de cocaína, uma balança de precisão e mais R\$ R\$ 2.364,00 mil em espécie. Na ocasião, os policiais civis prenderam Israel Leite Santos, o "Fufuxa", membro do Bonda dos 40 e considerado pelas fontes como o principal fornecedor de drogas do Centro Histórico.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	17 / 05 / 2017	Página 12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Índice de homicídios por 100 mil habitantes cai 25% em São Luís

Entre 2014 e 2016, o índice de homicídios por cada 100 mil habitantes caiu 25% na Grande São Luís. O número de homicídios por cada 100 mil habitantes é o indicador mais usado mundialmente para comparação de índices de violência. Há dois anos, o índice era de 65,9 mortes a cada 100 mil habitantes da Grande Ilha. No ano passado, este número caiu para 49,6.

Também houve queda considerando os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – que incluem outros tipos de crimes, como o latrocínio. Em 2014, o índice na Grande São Luís era de 71,5 por 100 mil habitantes e caiu para 53,2 no ano passado.

Os dados da Secretaria de Segurança Pública são mais um indicador da redução da violência no estado. O número de homicídios na Grande São Luís também caiu 29% no primeiro quadrimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2014. Os crimes contra a



vida caíram de 302 nos primeiros quatro meses de 2014 para 212 este ano, o que representa que 90 foram vidas salvas.

PACTO PELA PAZ

O delegado geral de Polícia Civil, Lawrence Melo, atribuiu a queda nos índices de criminalidade, na atual gestão, aos investimentos do governador Flávio Dino na Segurança Pública.

Desde 2015, o governo do Maranhão vem investindo no combate ao crime no estado, com investimentos em segurança. Cerca de 2.500 novos policiais estão sendo nomeados, fazendo o estado chegar ao maior efetivo da história do Maranhão, com 12 mil homens. Mais de 500 viaturas já foram entregues, para operação em todo o estado. Até o final do ano, serão 700 novas viaturas.

“O planejamento, organização e a execução de fato tem surtido o efeito previsto que é a queda da violência. As polícias vêm atuando em parceria para manter essa diminuição frequente e restabelecer a segurança ao cidadão”, ressaltou Lawrence Melo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	17 / 05 / 2017	Página 8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mulher é estuprada por médico durante consulta

Uma mulher de 23 anos foi estuprada durante uma consulta médica, por um endocrinologista, em uma clínica localizada avenida principal do bairro Anjo da Guarda, região Itaquí Bacanga, na tarde da última segunda-feira (15).

A vítima pediu para não ter o nome revelado e disse que percebeu que a consulta não estava de acordo com o que deveria quando o endocrinologista identificado como Jefferson Telmo Reis pediu que ela tirasse as roupas íntimas e introduziu

o dedo em seu órgão genital tentando masturbá-la e começou a tirar a roupa. Ela contou ainda que ficou em estado de choque no momento do abuso, e que reagiu quando ele tentou fazer com que ela retribuísse os toques.

Ainda de acordo como relato, ela saiu imediatamente do escritório mas como estava desesperada não conseguiu denunciar o abuso aos funcionários mas, assim que chegou em casa, conversou com a mãe e o marido e foram

juntos ao Plantão da Vila Embratel registrar boletim de ocorrência.

A mulher já fez exame de corpo delito e o caso está sendo investigado pela delegacia da mulher.

Além do estupro a vítima denuncia descaso da clínica. Ela informou que o marido voltou ao no fim da tarde para informar o ocorrido e pedir ajuda e que eles não deram a devida atenção ao caso oferecendo apenas um acompanhamento psicológico e um ginecologista.

Por telefone, a repre-

sentante da clínica, Denise Amorim, informou que a empresa já forneceu nome completo e CRM do médico para a vítima e que as atitudes do médico não são de responsabilidade da clínica. Ela informou que a equipe repudia crimes desta natureza e que está ao lado da justiça para que o caso seja esclarecido.

A delegada titular da Delegacia da Mulher, Vanda Moura, informou que já colheu depoimentos da vítima e do marido e que o médico será intimado para depor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	17/05/2017 Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Delegado de Polícia Civil é exonerado no Maranhão

Um delegado da Polícia Civil foi exonerado pelo governo do estado por atos de improbidade administrativa. A exoneração de Sérgio Luis Rêgo Damasceno foi publicada no diário oficial do governo do estado depois do julgamento de um processo administrativo aberto pela Secretaria de Segurança Pública (SSP).

A Secretaria disse que a Ação Civil Pública (ACP) que resultou na demissão do delegado é oriunda da comarca de Barão de Grajaú, distante cerca de 490 km de São Luís.

Por meio de nota, o delegado Sérgio Luis Rêgo Damasceno afirmou que desde o ano de 2016 vem sofrendo injusta, cruel e covarde perseguição por parte da atual cúpula da Secretaria



Sérgio Damasceno foi exonerado por atos de improbidade administrativa

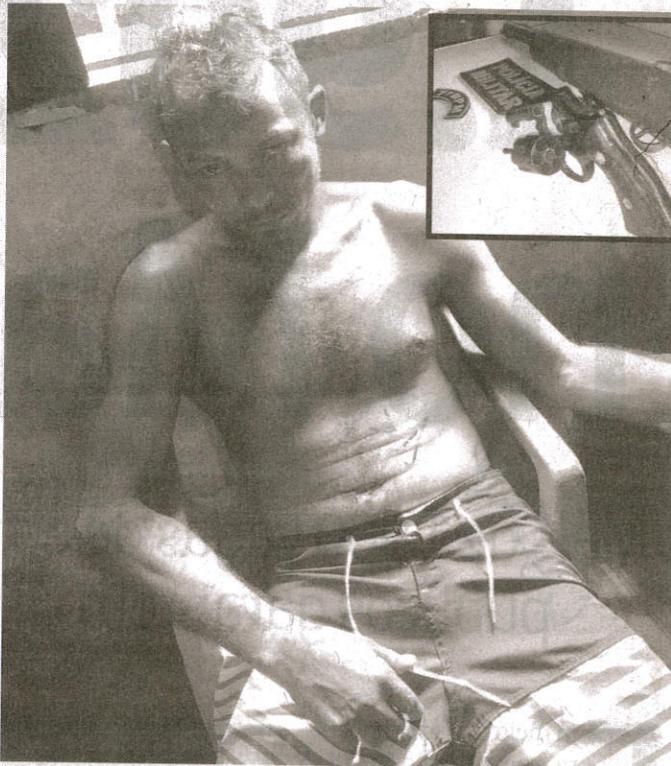
de Segurança. O delegado disse ainda que vai buscar os meios legítimos, corretos e honestos para assegurar os direitos dele.

Ele falou também que não cometeu nenhum crime e

que nunca teve punição pela corregedoria para sofrer pena máxima. O delegado finaliza dizendo que o estatuto da polícia civil garante a ele o direito de recorrer ao conselho superior de polícia.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
DATA <i>17 / 05 / 2017</i> Página <i>4</i>		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

VIOLÊNCIA



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Luís agredia a mulher com uma muleta e lhe apontava uma arma

Homem é preso por bater na mulher com muleta

A Polícia Militar prendeu homem que estaria agredindo e ameaçando a própria esposa. A denunciante foi Danielle Costa, a qual informou que estaria sofrendo com as investidas do companheiro, identificado como Luís Alberto Teixeira. A vítima afirmou ainda que Luís Alberto utilizou-se de uma arma de fogo para tentar intimidá-la e com uma muleta continuou as agressões.

A guarnição se deslocou ao local informado por Danielle,

na Vila Jeisiel, no município de Monção. Na casa, a polícia localizou o suspeito. Logo em seguida, os militares fizeram uma revista na residência de Luís, onde foram encontrados um revólver calibre 38 e uma arma caseira tipo bate-bucha, ambas muniçadas.

Luís Alberto foi apresentado na Delegacia Regional de Santa Inês, sendo autuado pelo crime de porte ilegal de arma de fogo e enquadrado na Lei Maria da Penha, por ter batido na mulher.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Justiça vai interrogar Lucas Porto

Assassino confesso da cunhada Mariana de Araújo Costa vai ser interrogado nesta quinta-feira, no Fórum do Calhau, pelo juiz José Ribamar Heluy Júnior, da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís

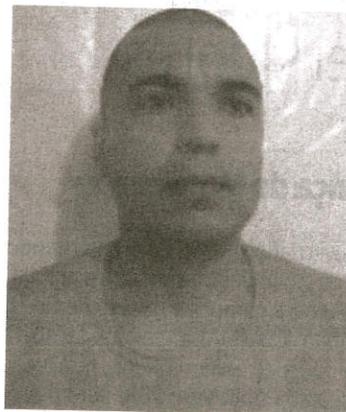
DOUGLAS CUNHA

Está marcada para o dia 18 do mês em curso, na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, audiência de instrução para interrogatório de Lucas Leite Ribeiro Porto. Denunciado pelo homicídio da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto. O crime aconteceu entre as 15h14 e 15h54 do dia 13 de novembro de 2016, no interior do apartamento da vítima, no Edifício Garvey Park, no bairro do Turu. Embora os advogados de defesa tenham tentado suspender a audiência, adiando para outra data, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior manteve a data e realizará a oitiva do réu e de uma testemunha da defesa amanhã.

O crime praticado por Lucas Porto tem incidência no artigo 121 (homicídio qualificado), parágrafo 2º, incisos III, IV, V e VI (asfixia: mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte

ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; contra a mulher por razões da condição de sexo feminino/feminicídio), combinado com o artigo 69 (quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa das penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela) e artigo 213 (constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso); do Código Penal Brasileiro.

A oitiva das demais testemunhas arroladas pela acusação e defesa ocorreu na primeira audiência de instrução, no último dia 16 de março. Entre os que foram ouvidos, estavam o



Lucas Porto estuprou a cunhada Mariana e a matou por asfixia

psiquiatra Geraldo Melônio e o delegado Lúcio Rogério do Nascimento (Departamento de Homicídios da SHPP). Os dois peritos criminais foram dispensados. Das 16 testemunhas arroladas (8 de defesa e 8 de acusação), duas foram ouvidas por carta precatória em Paragominas, no Pará, e Forlaleza, no Ceará.

Na audiência de 16 de março, foram ouvidos o esposo da vítima, a ex-mulher do acusado

DIVULGAÇÃO

e irmã da vítima, uma amiga da vítima e o delegado Lúcio Nascimento. Na parte vespertina, foi ouvida outra irmã da vítima, seguida de três testemunhas de acusação. Depois a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, sendo ouvida apenas a psicóloga Ruth Júlia do Nascimento, que já atendeu ao acusado, e o psiquiatra Geraldo Melônio, que também já atendeu Lucas Porto. Foram dispensadas três testemunhas e uma não foi encontrada para ser intimada.

O crime praticado por Lucas Porto contra a irmã de sua esposa obteve grande repercussão na cidade, diante da forma dissimulada utilizada por ele, que, após um almoço com a cunhada, filhos e familiares, a deixou na sua moradia no Turu e foi embora. Depois, voltou, a subjugou, submeteu-a a vexames sexuais e a matou por asfixia. Foi reconhecido pelas imagens das câmeras de segurança do condomínio e preso imediatamente.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>17</i> / 05 / 2017	Página <i>4</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

PF prende ciganos em Timon, suspeitos de assalto no Piauí

Grupo teria roubado R\$ 160 mil da agência dos Correios em Pimenteiras, naquele estado em agosto de 2016, mas somente agora foi descoberto

ISMAEL ARAÚJO
 Da editoria de Polícia

Divulgação

Ciganos residentes na cidade de Timon foram alvo da Operação Nômade, realizada ontem pela Polícia Federal (PF) nos estados do Maranhão e Piauí, sob suspeita de assaltos a instituições financeiras, principalmente os Correios. Um dos alvos desse grupo teria sido a agência da cidade de Pimenteiras, no Piauí, ocorrido no dia 2 de agosto do ano passado, da qual roubaram mais de R\$ 160 mil.

Os ciganos presos foram identificados como Izânio da Silva Barroso, Francisco da Silva Barroso e José Ribamar da Silva, em cumprimento de dois mandados de prisão preventiva, mas a PF informou que foram cumpridos ainda sete de condução coercitiva e três de busca e apreensão. As pessoas conduzidas coercivamente foram le-



Larissa Magalhães, delegada-chefe da Delepat, foi quem comandou a operação que prendeu o grupo de ciganos

Ladrões levaram o cofre da agência com o dinheiro

Um dos suspeitos havia saído de Pedrinhas

vadas para a superintendência da Polícia Federal no Piauí, no bairro Recanto das Palmeiras, zona leste de Teresina.

Os conduzidos declaram em depoimento que não estão envolvidos nesse tipo de ação criminosa e que trabalham com cristalização de faróis de veículos. Após os interrogatórios, foram liberados. Segundo a polícia, Izânio Barroso apareceu nas imagens das câmeras de segurança da concessionária com um grupo de ciganos que teria ido comprar

um veículo na capital piauiense.

Ele declarou à polícia que um dos ciganos usou o carro para participar do assalto aos Correios em Pimenteiras e que esse grupo vivia perambulando em Teresina e Timon. "Eu não sabia que esse povo praticava assalto", afirmou Izânio Barroso.

Esclarecimento

O outro cigano, José Ribamar da Silva, disse que só foi chamado para prestar esclarecimento, por existir uma imagem dele passando a mão no farol do veículo usado pelos ciganos no assalto. "O mal-entendido foi esclarecido. Nós trabalhamos com faróis, mas não temos nada a ver com os ciganos envolvidos no assalto. Eu só apareci nas imagens, mas não tenho nenhuma relação com eles", explicou José Ribamar Silva.

Já Francisco da Silva Barroso de-

SAIBA MAIS

A Operação Nômade faz referência à constante mudança de moradia dos principais integrantes do grupo criminoso.

clarou que o envolvido em assalto é um cigano conhecido por Edmilson. "A nossa relação é de amizade, por sermos ciganos. Nos cumprimentamos e falamos, mas não posso ser responsabilizados por um crime não cometido por mim", desabafou.

De acordo com as informações da delegada Larissa Magalhães, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio (Delepat) da PF, há a suspeita de que os conduzidos tenham participado da compra do veículo usado no assalto.

Ela também informou que, em

depoimento, os conduzidos confirmaram a ligação entre os dois foragidos. O segundo homem com mandado de prisão em aberto foi liberado do sistema prisional maranhense em abril deste ano. As ordens judiciais de prisão expedidos para a Operação Nômade dizem respeito aos crimes de roubo e associação criminosa.

O assalto

Na madrugada do dia 2 de agosto do ano passado, um grupo de bandidos invadiu a agência dos Correios, em Pimenteiras, a 252 km de Teresina, e fugiram levando o cofre. Durante a fuga, os criminosos abandonaram o veículo modelo Astra, cor prata, de placas DDM-3652, no assentamento Malhada Grande, zona rural dessa cidade, devido problemas mecânico. Em seguida, os assaltantes fugiram a pé levando o cofre.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <input checked="" type="checkbox"/> / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia procura acusados de dois homicídios na Ilha

Crimes ocorreram na segunda-feira, 15, na Vila Ariri e em Boa Viagem, mas até ontem os investigadores não haviam conseguido identificar os criminosos

A polícia, ainda na tarde de ontem, não havia conseguido prender os suspeitos de terem assassinado Edvan Andrade Costa, de 30 anos, fato ocorrido na noite de segunda-feira, 15, na Vila Ariri, área do Itaqui-Bacanga.

O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas

(SHPP) e pelo 5º Distrito Policial, sob a coordenação do delegado Walter Wanderley. A polícia também informou que dois homens não identificados invadiram a casa da vítima e, em seguida, praticaram o crime.

Edvan Costa levou vários tiros, um deles na cabeça. Os vizinhos ainda levaram a vítima para o Hos-

pital Municipal Socorrão I, no Centro, mas ela morreu antes de ser submetida a tratamento cirúrgico. Os criminosos fugiram do local em uma motocicleta Bros preta, de placa não identificada.

Também nesse dia, foi morto Francisco Araújo Gomes, de 27 anos. Segundo a polícia, o corpo foi en-

contrado com perfurações de tiros e de bala em via pública, na Praia de Boa Viagem, na cidade de São José de Ribamar.

O corpo da vítima foi removido

Edvan Andrade foi morto em sua residência

para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para autópsia, e em seguida, foi liberado para os familiares. A polícia, que foi acionada e esteve no local, realizou as primeiras diligências, mas não conseguiu esclarecer a motivação desse crime. ●

Enfermeira denuncia médico por abuso

Fato, que teria ocorrido em uma clínica no Anjo da Guarda, está sendo investigado pela DEM

Uma equipe da Delegacia Especial da Mulher (DEM) começou, ontem, a investigar o suspeito caso de abuso sexual sofrido por uma técnica de enfermagem, de 26 anos, nome não revelado, cometido por um médico endocrinologista, de aproximadamente 70 anos, dentro de uma clínica, no bairro do Anjo da Guarda. A polícia também vai comunicar esse crime ainda esta semana ao Conselho Regional de Medicina (CRM).

A delegada Wanda Leite, titular da DEM, informou que ficou sabendo desse fato ontem pela manhã pela vítima, que registrou ocorrência. Segundo o depoimento da vítima, ela teria procurado o serviço do endocrinologista para tratar de sua deficiência hormonal.

A técnica em enfermagem foi à clínica acompanhada do seu marido, nome não revelado, mas teria entrado sozinha no consultório do médico. No decorrer da consulta, o endocrinologista teria introduzido por três vezes o dedo na vagina da vítima e ainda chegou a abrir o zíper de sua calça.

Ela, espantada com aquela situação, pediu para ir embora, mas

o médico teria tido que aquele procedimento era normal, pois fazia parte do procedimento da consulta. "A vítima se sentiu muito ofendida e resolveu denunciar esse caso, para que isso não ocorra com outras mulheres", disse a delegada.

Wanda Leite declarou que ainda ontem a vítima foi encaminhada para fazer exames periciais e um deles de conjunção carnal. Ele tam-

Crime vai ser comunicado ao Conselho Regional

bém chegou a ser assistida pelos profissionais da área do serviço social e de psicologia.

A delegada afirmou que, durante esta semana, o suspeito vai ser intimado para comparecer na delegacia para prestar esclarecimentos. O caso também vai ser comunicado à direção do CRM para que tome as providências cabíveis. "Esse é o primeiro caso de abuso sexual dentro de um consultório médico e que está sendo apurado", disse Wanda Leite. ●

Foragidos da Justiça são tirados de circulação

Pelo menos três pessoas, com mandados de prisão, foram levadas ontem para o Presídio de Pedrinhas

Três foragidos da Justiça foram tirados de circulação, ontem, na Região Metropolitana de São Luís. Um deles foi identificado como Marcos Paulo Araújo, o Skol, de 24 anos, acusado de assaltos na área da Lagoa da Jansen e tem passagem pela Justiça pelos crimes de roubo e furto.

Marcos Paulo foi abordado por uma guarnição da Polícia Militar

em atitude suspeita quando circulava na Lagoa da Jansen. Logo depois, os militares constataram que havia um mandado de prisão contra ele pelo crime de roubo majorado. Ele foi conduzido para a Delegacia da Polinter, no Centro, onde foi apresentado ao delegado.

O outro preso por ordem judicial foi Edvan Mendes Pereira, idade não revelada, na Cidade Olímpica,



Marcos Paulo Araújo, o Skol, foi preso por assalto na Lagoa

Divulgação

O detido foi levado para a delegacia de Polícia Civil do bairro, onde prestou esclarecimento, e logo depois transferido para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O terceiro detido foi Rafael Silva

Um dos detidos responde por roubo majorado

e Silva, de 28 anos. Segundo a polícia, havia um mandado de prisão contra ele pelo crime de roubo qualificado, com sentença condenatória de 5 anos e 4 meses em regime fechado. ●

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
(X) Pequeno	() Correio de Noticias	(X) Outros
(X) Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 17 / 05 / 2017	Página 2	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Burititupu

Desaparecimento de policiais completa seis meses com investigação sendo feita em sigilo

Familiares do cabo César e do soldado Carlos Alberto cobram respostas da Secretaria de Segurança

SSP informou que o inquérito está em curso, e que não serão antecipadas informações para não atrapalhar as investigações

NELSON MELO

Hoje (17), completam-se seis meses do desaparecimento do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, policiais que simplesmente sumiram na cidade de Burititupu/MA, no dia 17 de novembro do ano passado, em um caso que ainda é noticiado com teor de mistério. Embora a família dos dois militares tivesse pedido auxílio na Assembleia Legislativa, até o momento, eles nunca foram encontrados; e, segundo a Polícia Civil, as investigações estão sob sigilo de justiça. Há seis meses, como vem acompanhando a reportagem do Jornal Pequeno, os dois policiais foram vistos pela última vez em uma caminhonete Triton L200 de cor preta, que pertencia ao soldado Alberto, em um posto de combustível de Burititupu, após o cabo Júlio César ter saído de um veículo Toyota Corolla prata. O que foi divulgado na época pelo coronel Markus Lima, responsável pelo Comando de Policiamento de Área do Interior 3 (Cpai 3), indicou que eles teriam saído para uma missão desconhecida e não autorizada pelo chefe imediato. A mulher do soldado chegou a relatar que, um dia antes do desaparecimento, Alberto compareceu pela manhã ao quartel da 14ª Companhia Independente de Burititupu, mas não cumpriu todo o expediente, pois saiu mais cedo do serviço, por motivo ainda desconhecido. No dia seguinte, 17 de novembro, ele não compareceu ao trabalho, embora estivesse escalado para atuar no plantão. Já o cabo usufruía de uma licença médica, mas era lotado na cidade de Estreito. Houve até a denúncia de uma testemunha que alegou que o major Queiroz, comandante da 14ª Companhia, e seu colega de chefe, tenente Josuel, estariam envolvidos no sumiço dos policiais. Em um áudio divulgado nas redes sociais, esta pessoa, cujo nome foi mantido em sigilo, argumenta que a apreensão de uma caçamba sem ordem judicial poderia ter sido um dos motivos para o



Fotos: Divulgação

Ocorrido no dia 17 de novembro, do ano passado, sumiço dos policiais César e Alberto ainda é um grande mistério

sumiço "estranho" do cabo e do soldado. O fato é que uma equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) foi designada para atuar exclusivamente nesse caso, tendo à frente a delegada Nilmar da Gama Rocha, que evita falar sobre o assunto, alegando que a investigação "corre" em sigilo de justiça, a fim de não prejudicar as investigações. A Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI) também acompanha a situação; porém, não emite esclarecimentos sobre o caso.

LOCALIZAÇÃO DE RESTOS MORTAIS

Na manhã do dia 22 de novembro, perto das 11h, a Central de Operações da PM (Copom) recebeu uma informação de que dois corpos foram achados às margens de uma estrada vicinal, na cidade de Arame. Porém, equipes do Cpai 3 desviaram nenhum cadáver. As buscas aos PMs desaparecidos continuaram, com uma grande quantidade de policiais de várias cidades participando das incursões,

como Markus Lima ressaltou naquele momento.

LOCALIZAÇÃO DA L200

Dias após o sumiço dos PMs, denúncias anônimas levaram as forças policiais ao Assentamento Siquel, situado no município de Arame. Em um trecho do local, foi encontrada a L200 preta do soldado Alberto, mas nada que pudesse sugerir para onde os dois policiais teriam ido teria sido detectado no carro.

PRISÃO DE SUSPEITO

Em 18 de dezembro do mesmo ano, o coronel Pereira, comandante geral da Polícia Militar, anunciou que uma pessoa havia sido presa por suspeita de participação no caso, com possibilidade de que o conduzido também pudesse repassar informações valiosas sobre o paradeiro dos PMs. No entanto, teriam constatado que o interrogado não tinha relação com o desaparecimento das vítimas.

REQUERIMENTO DE DEPUTADO

Em 14 de dezembro do ano passado, o deputado Francisco de Sousa Dias Neto (Pros) cobrou uma resposta sobre o

desaparecimento dos militares ao governo do Estado, durante plenária na Assembleia Legislativa. Ele encaminhou, ainda, um requerimento ao secretário de Segurança Pública, delegado Jefferson Portela, pedindo informações

relevantes sobre a investigação da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) com relação ao sumiço dos policiais.

CAMINHONETE QUEIMADA

Um veículo modelo Hilux foi encontrado queimado dentro de um matagal, na área de uma fazenda situada entre Pastos Bons e Nova York, no sul do Maranhão, na manhã do dia 12 de janeiro deste ano. No interior da caminhonete, peritos do Instituto de Criminalística (Icirm) recolheram um crânio humano. Houve rumores de que o osso localizado seria pertencente a um dos policiais desaparecidos, mas nada foi confirmado ou esclarecido.

FAMILIARES

COBRAM ELUCIDAÇÃO

Inconformados com o andamento das investigações, familiares dos dois policiais pediram auxílio de deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, em São Luís, em abril passado, para que o caso fosse logo elucidado, a fim de que a angústia acerca do que aconteceu com eles terminasse. Os parentes foram ao local trajando camisas personalizadas com fotos dos desaparecidos e com frases que pediam celeridade na apuração do sumiço e valorização dos PMs.

familiares à capital maranhense, eles também anunciaram que iriam pedir apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Dentre os parentes que compareceram à Assembleia Legislativa, estavam Josefa Freire, de 69 anos, e Joana Constantino, 70, mães do cabo César e soldado Alberto, respectivamente. O grupo foi recebido pelo deputado cabo Campos (DEM) e assessores do deputado Sousa Neto (Pros), que se comprometeram a cobrar mais empenho da Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA) na solução desse caso. Os familiares ainda recorreram à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional maranhense (OAB/MA) e ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público.

INQUÉRITO EM CURSO

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) informou que o caso está sendo investigado pela Polícia Civil. E esclareceu, ainda, que não serão antecipadas informações prévias já que o inquérito segue em curso, e para não atrapalhar o andamento das investigações.



Recentemente, familiares dos dois policiais estiveram em São Luís em busca de respostas a respeito do caso



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 17 / 05 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Suspeito de matar a mulher a golpes de facão é procurado

Fato ocorrido na segunda-feira, 15, na cidade de São Benedito do Rio Preto, mobilizou a polícia

Rafael Borges de Sousa, principal suspeito de ter assassinado a esposa, Luziane de Sousa Oliveira, de 29 anos, até ontem não tinha sido localizado pela polícia. A vítima foi morta a golpes de facão e bengala na segunda-feira, 15, em sua residência, no bairro Miguel Fernandes, na cidade de São Benedito do Rio Preto.

Policiais militares e civis realizaram rondas durante o dia de ontem por toda a região com o objetivo de prender o suspeito, mas não obtiveram sucesso. No local do crime, a polícia encontrou o facão e uma



Rafael Borges com a mulher, Luziane de Sousa Oliveira

Vítima teria registrado queixa contra o marido

bengala suja de sangue, que foram levados para Delegacia Regional de Chapadinha e que serão periciados ainda esta semana.

A polícia também informou que o suspeito abordou a vítima em casa. Houve luta corporal e, no decorrer dessa briga, Luziane Oliveira foi esfaqueada e recebeu os golpes de bengala, principalmente na cabeça.

A vítima morreu ainda no local e o corpo removido para o Hospital Municipal de São Benedito do Rio Preto. Há informações de que Luziane Oliveira teria registrado boletim de ocorrência na delegacia da cidade alegando que havia sofrido agressão física e tendo como autor o seu marido. Ele não gostou da atitude da mulher e resolveu matá-la. ●

Dupla é presa por assalto em Codó

Dois homens eram procurados, sob acusação de invadirem estabelecimentos comerciais na cidade

Uma dupla acusada de roubar pontos comerciais, principalmente no Centro de Codó, foi presa ontem e apresentada na delegacia de Polícia Civil da cidade. A polícia informou que uma das últimas ações cometida por esses assaltantes foi a uma loja de calçados, fato ocorrido na noite de segunda-feira, 15.

Os presos foram identificados como Jailton Carlos da Silva de Paiva e Francisco Carlos, o *Eduardinho*, que, de acordo com informações da polícia, conseguiram arrombar a porta da frente da loja.

Dentro do estabelecimento comercial os criminosos modificaram o sistema de videomonitoramento e realizaram um verdadeiro raspa. A polícia começou a fazer rondas pela cidade e durante a madrugada de ontem conseguiu prender os ladrões.

O dono da loja roubada até a tarde de ontem não tinha divulgado o prejuízo. A dupla vai responder pelo crime de roubo e, logo depois de ser autuada, foi levada para a unidade de ressocialização da cidade, onde deve permanecer presa, à disposição do Poder Judiciário. ●